

Ulysses acha explicação razoável

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, considerou «razoáveis» as explicações do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, aos principais líderes do partido, ontem de manhã, sobre o acordo provisório com os bancos credores, mas evitou formalizar um apoio ao Governo no encaminhamento das negociações da dívida externa. Segundo Ulysses, o partido entende que a moratória foi suspensa temporariamente para que os entendimentos prossigam junto aos bancos e que a possibilidade de um retorno brasileiro ao Fundo Monetário Internacional não deve interferir nas negociações.

Não se trata, porém, de uma posição homogênea do partido. Segundo um dos oito parlamentares que participaram do encontro, houve várias reações contrárias ao acordo, como a do deputado Pimenta da Veiga (MG), que bastante irritado, classificou o acordo como «pernicioso ao País» e protestou contra o pagamento, pelo Brasil, de 500 milhões de

dólares, determinando a suspensão da moratória.

Neste momento, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do partido no Senado, ponderou que os «pruridos» em torno desse pagamento «são exagerados, diante da constatação de que este ano já pagamos 8 bilhões de dólares às entidades oficiais de crédito», sem nenhuma contrapartida, a não ser 100 milhões de dólares emprestados pelo governo italiano. Lembrou também que o acordo é «temporário».

Panos quentes

Ulysses Guimarães, buscando conter o rompante do deputado, argumentou: «Pimenta, você já foi líder. Você também adiava a solução de problemas. E é justamente isso que o ministro está fazendo».

O líder do partido na Constituinte, Mário Covas, disse que o grande problema que ele percebia no acordo era a perspectiva do País ser levado a um compromisso com o FMI, mas Bresser argumentou

que está mantida a posição básica do Governo brasileiro em relação ao Fundo, ou seja, a não condicionalidade entre o acordo com os credores e o entendimento com o FMI e a disposição do País de não sujeitar sua política econômica às regras do organismo financeiro.

O ministro lembrou aos parlamentares que a decisão de assinar o acordo foi tomada no momento em que os bancos estavam prestes a desclassificar os créditos brasileiros, que, segundo ele, seria ruim para todos: para o país, para os bancos e para o governo americano. Explicou ainda que o País não pode radicalizar na abertura da moratória e que o pagamento imediato de 500 milhões de dólares foi feito para acalmar «a pressão externa e interna que existe sobre o País». Segundo o ministro, seu objetivo é o desenvolvimento nacional e o Governo, para a continuidade das negociações com os credores, precisa do apoio dos políticos, dos empresários e da grande imprensa.

283